

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
 Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
 Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
 Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
 Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
 Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
 Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
 Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
 Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
 Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
 Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
 Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
 Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
 Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
 Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
 Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
 Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
 Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremonesi
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C262	O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-901-1 DOI 10.22533/at.ed.011211503 1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título. CDD 360
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ignes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

CAPÍTULO 18

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/0857604023311350>

Carina Felix Bezerra

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/3034709258349821>

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5615185091948538>

Maria Gabrielle Chaves Silva

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5462229232771583>

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5759333270088565>

Maria de Medeiros Martins

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7414575900203779>

Marcelle Queiroz de Almeida

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7252824228983491>

Ingrid Raissa Guerra Lins

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/2108871866440010>

Eryenne Lorrayne Sayanne Silva do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/1503796894912268>

Paloma Lima dos Santos

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/9525492055795883>

Rafaela Leandro Pereira

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7335615300053865>

Artigo originalmente publicado nos Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS 2019.

RESUMO: A violência contra mulheres é uma problemática que vem sendo fortemente discutida nas últimas décadas. No Brasil, a partir da promulgação da lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), esta problemática vem obtendo respostas institucionalizadas para seu enfrentamento. O presente artigo pretende analisar o impacto da promulgação desta lei na garantia de proteção às mulheres em situação de violência e se houve (ou não) uma redução no índice de violência contra mulheres no país. Para isso, foi realizada

pesquisa documental e bibliográfica, tendo como principal fonte Mapas e Atlas da violência, que apontam um retrato da violência no país.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra mulheres; Patriarcado; Lei Maria da Penha; Feminicídio.

VIOLENCE AND MARIA DA PENHA LAW: THE PERMANENCE OF THE PAIN

ABSTRACT: Violence against women is a problem that has been strongly discussed in recent decades. In Brazil, since the enactment of Law 11.340/06 (Maria da Penha Law), this problem has been getting institutionalized responses to its confrontation. This article intends to analyze the impact of the enactment of this law in guaranteeing protection for women in situations of violence and if there was (or not) a reduction in the rate of violence against women in the country. For this, documentary and bibliographic research was carried out, having as main source Maps and Atlas of violence, which point to a portrait of violence in the country.

KEYWORDS: Violence against women; Patriarchy; Maria da Penha Law; Femicide.

1 | INTRODUÇÃO

O tema da violência contra mulheres (VCM) vem ganhando grande visibilidade nos últimos anos. Ainda que essa não seja uma problemática presente apenas no contexto brasileiro, se analisados os dados internacionais, o Brasil aparece como um dos países com a maior taxa de feminicídio¹ do mundo². Além disso, a relevância do estudo também se fortalece considerando a conjuntura atual de aprofundamento do conservadorismo, que reedita aspectos excludentes baseados em padrões de gênero, raça e classe. Estas informações evidenciam a amplitude da problemática no país e apontam uma tendência de crescimento dos registros deste tipo de violência³.

A VCM, de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) — conhecida como Convenção de Belém do Pará — é entendida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º). Ainda que a morte violenta de homens tenha expressividade em números (ATLAS, 2018; 2019) é imprescindível analisar o contexto que diferencia o entorno da morte de homens e de mulheres. Esta diferenciação, que será apresentada a seguir, torna-se evidente quando analisados quem são os agentes que praticam a violência e o ambiente em que esta ocorre.

Pouco a pouco, a politização desta problemática vem contribuindo para o afastamento da ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e abrindo caminho,

1 A tipificação do crime “feminicídio” passa a ser considerada a partir da promulgação da lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Esta lei prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol de crimes hediondos.

2 De acordo com o Mapa da Violência (2012) o Brasil ocupava, entre os 84 países pesquisados, o 7º lugar em homicídio de mulheres. O Mapa da Violência (2015) mostra o Brasil, em comparação a 83 países, ocupando a 5ª posição.

3 É importante apontar que o aumento dos registros pertinentes às políticas públicas ainda pode não refletir a realidade, já que um aspecto fortemente presente nos registros é a subnotificação dos casos.

cada vez mais efetivo, para a compreensão de que “o pessoal é político”. Esse movimento que transgride a compreensão social das expectativas de gênero, construídas a partir da estrutura patriarcal da sociedade brasileira, ocorre mais fortemente na contemporaneidade. Deste modo, no Brasil, como em diversas partes do mundo, vem sendo percorrido um trajeto significativo⁴ na construção de uma nova compreensão sobre o tema e criação de serviços que tenham como objetivo a prevenção e o combate a este tipo de violência.

Nesta seara, dentre as leis direcionadas à proteção da mulher em situação de violência, a considerada mais sofisticada foi promulgada apenas em 2006: a Lei nº 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). Esta lei, promulgada em um contexto de reconhecimento internacional da problemática da VCM, representa um grande passo para o rompimento da arcaica compreensão dos papéis de gênero. Contudo, estudos recentes (CAMPOS, 2017) apontam para a necessidade de um olhar atento às potencialidades mas também aos limites desta lei no enfrentamento à VCM.

Tendo como ponto de partida os avanços normativos conquistados a partir de 2006, em especial a LMP, pretendemos neste estudo analisar o comportamento dos índices referentes ao registro de violências tipificadas na LMP. Esta análise tem como objetivo refletir sobre impacto da LMP na garantia de proteção à mulheres em situação de violência e se ela vem contribuindo (ou não) para o enfrentamento da VCM.

Para isto serão analisados: Mapa da Violência (2012) — Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil; Mapa da Violência (2015): Homicídio de Mulheres no Brasil; Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil (2018); Atlas da Violência (2018; 2019).

2 | A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL E OS MARCOS LEGAIS

A VCM é uma violação total dos direitos humanos, já que afeta as vítimas no sentido físico, emocional e subjetivo, tornando-se um ato eficiente de coerção das mulheres, independentemente de quem é o agressor e de onde a violência é praticada. Ou seja, a mulher está exposta a violência a todo momento, não estando as situações de violência necessariamente ligadas ao ambiente doméstico — mesmo que esse seja um lugar de grande ocorrência de violência, praticada, principalmente, por cônjuges, ex-cônjuges, pais ou irmãos. A máquina do patriarcado⁵ (SAFFIOTI, 2004, p. 101-102), opera com tanta precisão que é capaz até mesmo, de se reproduzir a partir de mulheres,

Como bem mostra Zhang Yimou, no filme *Lanternas vermelhas*, nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a *máquina do patriarcado*,

4 É importante considerar o trajeto percorrido e as conquistas nesse campo. No entanto, é necessário observar que apenas a emancipação política ainda não nos possibilitou superar os tipos de violência a que continuamos expostas a cada dia.

5 O termo patriarcado “vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando)” (DELPHY, 2009). Ou seja, dentro da lógica patriarcal, o poder está nas mãos dos pais, dos homens. Esta é uma categoria de extrema importância para compreender a situação da mulher na sociedade, no entanto, não será aprofundado no presente estudo devido ao tamanho reduzido do mesmo.

levando à força a terceira esposa, pela transgressão cometida contra a ordem patriarcal de gênero.

[...] Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres.

[...] Durante toda a película, não se vê o rosto deste homem, revelando este fato que Zhang Yimou captou corretamente esta estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder.

A dinâmica de controle e medo exercida sobre as mulheres se expressa em diversos tipos de violência – que serão caracterizados mais a frente – utilizados como forma de controle sobre a vida e os corpos das mulheres. E, para dar conta dessa dimensão, é necessário que estejamos atentas para a totalidade dessa problemática, tendo o cuidado de não fragmentar as análises de uma violência interpessoal ou estrutural (CISNE; SANTOS, 2018), já que ambas as situações se desenrolam tendo o patriarcado como sistema que as produz.

A nível mundial, diversos tratados internacionais contribuíram para a visibilidade desta problemática. Um deles foi a CEDAW (1979), mais conhecida como Convenção da Mulher. A CEDAW, foi baseada na Carta das Nações Unidas⁶ e na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷ e foi o primeiro Tratado Internacional que dispunha sobre os Direitos Humanos das Mulheres, dividindo-se em duas frentes: promoção do direito das mulheres na busca pela igualdade entre os sexos; e repressão das discriminações contra as mulheres nos Estado-parte.

O Brasil passou a ser um Estado-parte em 1984, por meio do Decreto nº 89.460. No entanto, as iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, desde então, vem caminhando a passos lentos no que diz respeito a superação da desigualdade de gênero. Nesse percurso, foram promulgadas leis como: Lei nº 10.224/01⁸; Lei nº 10.778/03⁹; e Lei nº 10.886/04¹⁰. Mesmo com reconhecida importância, essas leis ainda não abordavam a VCM a partir de sua complexidade, atualmente reconhecida.

Em 2006, a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) “foi promulgada num ambiente internacional de reconhecimento de que as violências vividas pelas mulheres em seus lares e em suas relações de intimidade eram violação de Direitos Humanos, portanto diziam respeito aos Estados” (SILVEIRA; NARDI, 2013, p. 100).

Anteriormente a Lei Maria da Penha¹¹ não havia a prisão do agressor. Na verdade

6 Assinada em 1945, estabelece direitos iguais para homens e mulheres.

7 Assinada em 1948, afirma que todos os direitos e liberdades devem ser aplicados de forma igualitária entre homens e mulheres, sem distinção.

8 Que dispunha sobre o crime de assédio sexual e define-o como: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual” e estabelecendo como pena, detenção de 1 a 2 anos (BRASIL, 2001).

9 “Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados” (BRASIL, 2003).

10 A lei cria um novo tipo de crime, denominado “violência doméstica” (BRASIL, 2004).

11 Esta Lei leva o nome de Maria da Penha, uma biofarmacêutica que foi vítima de diversas agressões, inclusive três

existiam penas alternativas, como prestação de serviço comunitário ou pagamento de cestas básicas, o que acabava por “banalizar” a questão da violência contra mulheres e não contribuir diretamente para que a problemática fosse superada.

A LMP estabelece cinco tipos de violência, sendo eles: moral, física, psicológica, patrimonial e sexual. Entre os tipos de violência, também pode ser apontada a violência obstétrica que está diretamente vinculada à concepção da mulher como coisa e não como ser humano. Segundo Colette Guillaumin, a partir do que ela define como “relações de sexagem”¹², a violência praticada contra a mulher é uma forma de prolongamento da escravidão e servidão, já que as mulheres são apropriadas — no que diz respeito à totalidade de sua vida — e resumidas ao sexo.

[...] esse tipo de violência atravessa as paredes de hospitais e maternidades. Ela pode ocorrer no seio da família ou em qualquer espaço público. Uma das manifestações comuns desse tipo de violência é a cobrança da amamentação, ainda que a mulher esteja com seios feridos, pois, na concepção patriarcal de maternidade, cabe à mãe, qualquer sacrifício em nome das(os) suas(seus) filhas(os). Da mesma forma, é considerada violência obstétrica quando a mulher é impedida de amamentar ou mesmo quando se dificulta o aleitamento materno (CISNE; SANTOS, 2018, p. 73).

A LMP também prevê mecanismos para prevenção à violência, para prestação de assistência às vítimas, para a criação de políticas públicas e punição mais rigorosa para os agressores, se propondo a ser um dispositivo “para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras providências” (CZAPSKI, 2012, p. 324). Dispõe também sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, configurando como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação que cause lesão, sofrimento, seja ele físico, sexual ou mental, dano moral ou morte baseada no gênero (BRASIL, 2006).

Além das leis supracitadas, podem ser apresentadas também a Lei nº 12.015/09, que dispõe sobre crimes contra a dignidade sexual: a partir desta lei, atos libidinosos e atentados violentos ao pudor passam a também considerados crime de estupro; o decreto nº 7.393 que dispõe sobre a implantação de uma central de atendimento 24hrs para que as mulheres recebam orientações e denunciem situações de violência; a Lei do Feminicídio, nº 13.104/15, adicionando o homicídio de mulheres no rol de crimes hediondos.

No entanto, mesmo com o passar dos anos e com as leis promulgadas, essa realidade segue sem grandes modificações. Da mesma forma, também não há grandes alterações no que tange a punição dada aos agressores, que muitas vezes, são tratados tentativas de homicídio por parte de seu companheiro, sendo que uma das tentativas a deixou parálitica, quando este, enquanto ela dormia, efetuou contra ela disparos de arma de fogo. Maria da Penha foi vítima de agressão por seis anos. O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a República federativa do Brasil foi responsabilizada por negligência e omissão em relação à violência doméstica, resultando também em uma recomendação para que o Brasil efetuassem uma profunda reforma legislativa no sentido de promover um combate efetivo à violência doméstica praticada contra a mulher.

12 Colette Guillaumin (1978) cria o termo ‘sexage’ em analogia aos termos ‘servage’ e ‘esclavage’, que significam respectivamente servidão e escravidão, para designar o estado de *coisa* — que na ordem patriarcal se aplica às mulheres — como aconteciam nas relações de servidão e escravidão.

como pessoas que possuem algum tipo de transtorno mental quando, na verdade, são homens perfeitamente inseridos em uma sociedade que os ensina, desde cedo, a enxergar as mulheres a partir da ótica da inferioridade, como será exposto no ponto a seguir considerando os dados da VCM no país.

3 | CARACTERIZAÇÃO DA VCM NO BRASIL

Com o objetivo de dar alguma dimensão do quão banalizada é essa questão¹³ foi realizada uma pesquisa documental de dados antigos e recentes referentes ao quantitativo de agressões físicas, estupros e feminicídios praticados no país, a partir de Mapas da Violência (2012 e 2015), Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil (2018) e Atlas da Violência (2018 e 2019).

O Mapa da Violência (2012) apresenta um dado muito importante no que tange ao entendimento do cenário brasileiro da VCM ao longo do período que abrange desde a década de 1980 até o ano 2010. Neste período — 30 anos — são registrados 92 mil homicídios de mulheres no país, onde a taxa, neste período, cresceu 230%, quase quadruplicando o número de mulheres vítimas de feminicídio no país.

Nota-se nos dados apresentados pelo Mapa da Violência (2012), que com a promulgação da lei Maria da Penha há um decréscimo no número de homicídios de mulheres apenas no ano seguinte a promulgação da lei — cai de 4,2% em 2005 para 3,9% em 2007, e volta a 4,2% em 2008¹⁴ — e que este número volta a subir nos próximos anos.

Analisando a idade das vítimas, também a partir do Mapa da Violência (2012), utilizando o período 2000-2010 pode-se perceber que a faixa etária com maiores índices de vitimização de mulheres é a compreendida entre 20 e 29 anos, e também que o aumento dos números de casos de violência começam a acontecer a partir dos 15 anos, bem como, que o índice de VCM passa a cair nas idades a partir de 30 anos.

A VCM, sendo determinação reproduzida estruturalmente, não se limita a sua prática apenas às residências das vítimas, embora seja um lugar comum de ocorrência, tendo como principais agentes parentes próximos, companheiros ou ex-companheiros. Um lugar supostamente seguro é muitas vezes, “lócus privilegiado da violência contra a mulher” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69).

O Mapa da Violência (2012, p. 21) aponta como local com maior número de notificação de violência a Residência¹⁵, com 43.747 notificações de casos de violência contra mulheres – crianças, adultas e idosas. Os casos de feminicídio praticados dentro da

13 Banalização da questão no sentido de que, ainda que existam estratégias de enfrentamento à violação dos direitos das mulheres, os números, entre alguns anos, apontam um aumento dos casos de violência. Devemos nos atentar também para o fato da subnotificação dos casos de violência, que marca, ainda nos dias atuais, o enfrentamento a essa problemática.

14 Números e taxas em 100 mil mulheres.

15 A via pública figura entre os locais com maior registro de VCM no país, segundo o Mapa da Violência 2012. No entanto, a residência ainda ocupa um grande protagonismo no que tange ao local de prática da violência.

residência das vítimas são caracterizados como “feminicídio íntimo”¹⁶ desde a promulgação da lei do feminicídio.

Vemos que em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência [...]. Esse dado, 71,8% dos incidentes acontecendo na própria residência da vítima, permite entender que é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência vividas pelas mulheres.

Outro fator importante na compreensão da motivação da violência contra a mulher é a relação que a vítima tem com o agressor. Segundo o Mapa da Violência (2012), considerando todas as faixas etárias, os pais, parceiros e ex-parceiros aparecem como principais agressores, com taxas de 19,8% e 43,4%, respectivamente.

No Mapa da Violência (2015), a partir de dados referentes ao ano de 2014, estão apontados como principais agressores os pais — como principais agressores na fase de <1 a 11 anos de idade —, parceiros ou ex-parceiros — na fase que compreende dos 12 aos 59 anos — e irmãos. Percebemos, portanto, que a vitimização de mulheres, considerando toda a sua vida, parte principalmente de parentes próximos, ratificando o caráter de ‘domiciliação’ da VCM.

O Atlas da Violência (2019) apresenta um dado importante no que tange à ‘domiciliação’ da VCM no Brasil e o uso de armas de fogo na prática desses crimes. Segundo o Atlas, entre 2012 e 2017, nota-se que, na contrapartida da diminuição de casos de feminicídio fora da residência (diminuiu 3,3% no período), a taxa de feminicídios ocorridos dentro da residência da vítima, com o uso de arma de fogo, teve um crescimento acentuado nos últimos 10 anos, cresceu 29,8%.

Considerando a atual conjuntura social e política do país, esse é mais um dado preocupante, tendo em vista os desafios na implementação de políticas públicas para mulheres e a possibilidade de flexibilização da posse e porte de armas de fogo em curso no Brasil, que tende a contribuir com o aumento dos casos de feminicídio.

Um outro ponto de grande importância na análise dos números da VCM no Brasil é compreender como essa violência atinge as mulheres diferentemente de acordo com a etnia. Faz-se necessário analisar os dados considerando o recorte de raça/etnia, já que desde a colonização, as mulheres negras — e indígenas — sofrem as marcas de dominação e exploração que seguem sendo diferenciadas de mulheres brancas.

Como aponta o Atlas da Violência (2018):

Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negra (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

16 Que decorrem de violência doméstica.

No período de 2006 a 2016 houve um crescimento significativo na taxa de homicídio de mulheres negras em vinte Estados, tendo ocorrido em algum deles um crescimento ainda superior a 50%. Na vigência da Lei Maria da Penha a taxa de homicídio de mulheres brancas cai, em contrapartida a taxa de feminicídio entre negras cresce exponencialmente.

Segundo o Mapa da Violência (2015), no ano 2013 enquanto a taxa de feminicídio de mulheres brancas era de 3,2¹⁷ a taxa de feminicídio de mulheres negras chegava a 5,4, quase o dobro.

Segundo o Panorama da Violência Contra as mulheres no Brasil (nº 2, 2018), esse índice continua crescendo nos anos seguintes, verificando-se que “a violência letal ainda atinge de forma diferente as mulheres a depender de sua raça, uma vez que, enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas em 2015 foi de 3,0, a mesma taxa entre as mulheres pretas e pardas foi de 5,2”.

Segundo o Atlas da Violência (2019), enquanto a taxa de feminicídio de mulheres não negras teve o crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, no mesmo período a taxa de feminicídio de mulheres negras cresceu 29,9%. A desigualdade racial pode ser percebida de forma ainda mais absoluta quando verifica-se a proporção de mulheres negras entre as vítimas de feminicídio no país: do total de mulheres assassinadas no país em 2017, 66% eram negras.

Quanto ao tipo de violência, percebe-se segundo dados do Mapa da violência (2015), que a violência física é a mais frequentemente praticada contra mulheres, sendo motivo de 48,7% dos atendimentos em 2014. Em segundo lugar está a violência psicológica, causa de 23% dos atendimentos. Em terceiro lugar, a violência sexual foi, em 2014, causa de 11,9% dos atendimentos pelos SUS, segundo os registros do SINAN.

De acordo com o Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil (2018), após um balanço dos atendimentos realizados pelo Ligue 180 em 2015 foram constatados

749.024 atendimentos em 2015, em comparação a 485.105 atendimentos realizados em 2014. Dentre os atendimentos realizados em 2015, cerca de 10% (76,651) se referiram a relatos de violência contra as mulheres. Destes relatos de violência, 50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas.

É importante salientar que as violências cometidas contra mulheres possuem um alto índice de reincidências, como aponta o Mapa da Violência (2015) a partir de dados recolhidos no SINAN, onde constam que as reincidências ocorrem em quase metade dos atendimentos (49,2%) femininos por motivo de violência. Ou seja, a violência contra a mulher é mais repetitiva — independentemente da idade, no entanto, tem um percentual maior de reincidência entre adultas (54,1%) e idosas (60,4%) — fato este que deveria ter gerado mecanismos e estratégias de prevenção, para além de

¹⁷ Taxa de homicídio por 100 mil.

mecanismos de punição de agressores.

4 | CONCLUSÃO

O presente estudo propõe uma reflexão crítica acerca da [des]proteção da mulher na sociedade brasileira e de como as velhas práticas de subalternização do corpo e da vida da mulher continuam sendo reproduzidas cotidianamente, haja vista as crescentes taxas de violação dos direitos das mulheres mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha.

Os dados apresentados no estudo, mostram um aumento das taxas de feminicídio na última década, levando a análise de que apesar de existirem mecanismos de enfrentamento a violência, estes ainda não são suficientemente eficazes na proteção integral das mulheres, não garantindo o fim dessa problemática, que continua produzindo vítimas constantemente.

Outra informação de grande importância presente nos dados é o crescente índice de feminicídio cometido com o uso de armas de fogo. Considerando que até o momento —, havendo legalmente limites na concessão do porte e a posse da arma — os índices continuam crescentes, causa grande preocupação o atual debate em curso acerca da flexibilização da posse e do porte de armas de fogo no país.

Levando em conta os altos índices de VCM que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais indivíduos tenham acesso a arma de fogo dentro da residência tende a aumentar ainda mais o risco à vida das mulheres, principalmente, as mulheres negras, que seguem sendo marcadas pela herança da colonização e escravidão no país.

Diante deste cenário pode-se questionar se apenas a promulgação de leis é suficiente na busca pela igualdade entre homens e mulheres, considerando as bases — capitalista, racista e patriarcal — nas quais se estrutura a sociedade brasileira.

Compreende-se que o enfrentamento efetivo da VCM deve estar atento às determinações sociais que produzem e reproduzem a diferenciação entre os sexos, tendo o cuidado de não enxergar um fenômeno tão complexo, apenas a partir de sua aparência e contribuindo para formas efetivas de enfrentamento a esta expressão da questão social.

Entender o percurso da construção da desigualdade nos possibilita também entender o caminho contrário, de desconstrução. Ou seja, da mesma forma que a desigualdade é construída socialmente, ela é passível de desconstrução, de superação. Esse é um longo caminho. Que deve ser percorrido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. (s.d.). Lei nº 11.340, 7 de Agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-22, Fev/Mar, 2017.

CISNE, M., & SANTOS, S. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 2018.

CURIEL, O. ; FALQUET, J. Introdução. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 7-26.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher**, “Convenção de Belém do Pará”. Belém, Pará, Brasil. 9 de junho de 1994.

DELPHY, C. “Patriarcado”. In: HIRATA, Helena (Org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

CZAPSKI, A. R. O Assistente social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. **Travessias**, 315-316. 2012.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, RJ. 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro, RJ. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 08 jun. 2019.

LESSA, S. **Abaixo à família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács. 2012.

ONU Mulheres. (Out de 2011). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: CEPIA. Fonte: Site da ONU Mulheres: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf

SAFFIOTI, H. (2004). Não há revolução sem teoria. Em *Gênero, patriarcado, violência* (pp. 95-140). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. - N. 2 (2018) - . Brasília. Acesso em 2018, disponível em <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>

SILVEIRA, R. D., & NARDI, H. C. Violência doméstica contra as mulheres e a Lei Maria da Penha: uma discussão que exige reflexão e formação permanentes. Em H.

C. NARDI, R. d. SILVEIRA, & P. S. MACHADO, **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas** (p. 207). Porto Alegre: Sulina. 2013.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Waiselfisz, J. J. **Mapa da violência 2012 - Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília. 2012. Acesso em 01 de 10 de 2018, disponível em www.mapadaviolencia.org.br

Waiselfisz, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, Brasil. 2015. Acesso em 01 de 10 de 2018, disponível em www.mapadaviolencia.org.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sufrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021